



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

Aos 07 dias do mês de dezembro de 2023, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 60, 61, 62 e 63, das reuniões ordinárias dos dias 11, 18 e 25 de outubro e 7 de novembro e das atas n.ºs 24, 25 e 26 das reuniões extraordinárias de 11 e 30 de outubro e 28 de novembro;
2. Definição e calendarização dos trabalhos da Comissão;
3. Deliberação sobre a admissibilidade e designação de relator das petições:

- [Petição n.º 224/XV/2.ª](#) - «Comparticipação em material/medicamentos para pessoas com Epidermólise Bolhosa»

(10.505 assinaturas)

Deputado Relator: GP PS;

- [Petição n.º 225/XV/2.ª](#) - «Novo Hospital Central do Algarve Já»

(9.552 assinaturas)

Deputado Relator: GP IL;

- [Petição n.º 236/XV/2.ª](#) - «Climatização da Unidade de Saúde Familiar Alvalade – Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte»

(32 assinaturas)

Deputado Relator: GP BE;

4. Distribuição de iniciativa para efeitos de elaboração de relatório:

- [Projeto de Lei n.º 962/XV/2.ª \(BE\)](#) - «Promove a erradicação da violência obstétrica»

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

Designação de Deputado Relator: GP PCP;

- [Projeto de Lei n.º 963/XV/2.ª \(BE\)](#) - «Comissão nacional para os direitos na gravidez e no parto»

Designação de Deputado Relator: GP PS;

5. Apresentação e votação do relatório da [Petição n.º 174/XV/1.ª](#) - «Fibromialgia: apoios e direitos para os portadores desta doença crónica e altamente incapacitante»

Deputado Relator: Pedro Melo Lopes (PSD);

6. Discussão e votação das alterações ao Regulamento da Comissão decorrentes da alteração do Regimento da Assembleia da República;

7. Discussão e votação, no âmbito da apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 878/XV/1.ª \(L\)](#) - «Cria a linha nacional para a prevenção do suicídio e de comportamentos autolesivos», dos seguintes requerimentos:

a) **apresentado pelo BE**, para audição da Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental;

b) **apresentado pelo L**, para audição dos Primeiros subscritores da petição pública «Linha de apoio à Prevenção do Suicídio em Portugal. *Suicide helpline in Portugal*»; da Linha SNS 24; da Linha SOS Voz Amiga; da Ordem dos Psicólogos e da Dra. Ana Matos Pires, médica psiquiatra e diretora do Serviço de Psiquiatria da Unidade de Saúde do Baixo Alentejo e membro da Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental;

c) **apresentado pelo L**, para solicitação de parecer escrito à Associação Sobre Viver Depois do Suicídio; ao Dr. Ricardo Gusmão, psiquiatra, Professor na Faculdade de Medicina e investigador no Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto e ao CVV – Centro de Valorização da Vida;

d) **apresentado pelo PS**, para solicitação de parecer escrito à SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., nomeadamente para que se pronuncie sobre o funcionamento da Linha de aconselhamento psicológico;

8. Discussão e votação do [requerimento da IL](#), para audição urgente da Senhora ex-Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido; do ex-Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Sales; do Senhor ex-Presidente do Conselho de Administração do Centro

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE, Dr. Daniel Ferro; e da atual Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE, Professora Doutora Ana Paula Martins;

9. Fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do RAR, do texto relativo ao [Projeto de Lei n.º 620/XV/1.ª \(L\)](#) - «Mantém o regime transitório para a emissão de atestado médico de incapacidade multiúso para doentes oncológicos e prorroga a validade dos atestados médicos de incapacidade multiúso das pessoas com deficiência até que se recuperem os atrasos na realização de juntas médicas»;
10. Outros assuntos.

-
1. Apreciação e votação das atas n.ºs 60, 61, 62 e 63, das reuniões ordinárias dos dias 11, 18 e 25 de outubro e 7 de novembro e das atas n.ºs 24, 25 e 26 das reuniões extraordinárias de 11 e 30 de outubro e 28 de novembro;

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CH, da IL e do BE.

2. Definição e calendarização dos trabalhos da Comissão:

O Presidente afirmou que importava definir o calendário de audições a realizar pela Comissão de Saúde até à anunciada data de dissolução da Assembleia da República e concluir o processo legislativo pendente em Comissão na especialidade.

Nesse sentido, informou que a Senhora Provedora da Santa Casa de Misericórdia de Serpa manifestou indisponibilidade para realizar a audição, a requerimento do CH, na próxima quarta-feira, pelo que se agendariam as audições urgentes e a requerimento do BE da ex-Diretora dos Serviços Farmacêuticos do IPO de Lisboa e do Conselho de Administração do IPO de Lisboa.

Referiu ainda que estavam pendentes na especialidade na Comissão de Saúde, os seguintes Projetos de Resolução:



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

- Projeto de Resolução n.º 572/XV/1.ª (PS)- «Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à integração do Hospital Dr. Francisco Zagalo de Ovar e dos Cuidados de Saúde Primários de Ovar na Unidade Local de Saúde de Entre o Douro e Vouga»
- Projeto de Resolução n.º 795/XV/1.ª (PS)- «Recomenda a realização de estudo multissetorial aprofundado com o objetivo de compreender as causas da maior prevalência de tráfico e consumo de Novas Substâncias Psicoativas (NSP) nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira»
- Projeto de Resolução n.º 907/XV/1.ª (BE)- «Realização de um novo estudo epidemiológico nacional de saúde mental»

No que se refere ao Projeto de Resolução n.º 795/XV/1.ª (PS), o Presidente recordou que, por sugestão do GP do PS, foi solicitada a pronúncia dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, sendo que, até ao momento, apenas tinha sido recebida a resposta do Governo e da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Assim, não se registando oposição, o Presidente fixou o prazo para apresentação de propostas de alteração até dia 19 de dezembro, permitindo assim terminar a discussão e votação na especialidade em janeiro.

3. Deliberação sobre a admissibilidade e designação de relator das petições:

- Petição n.º 224/XV/2.ª - «Comparticipação em material/medicamentos para pessoas com Epidermólise Bolhosa»

(10.505 assinaturas)

Deputado Relator: GP PS;

A petição foi admitida, por unanimidade, registando-se a ausência do BE, do CH e da IL, tendo o GP do PS indicado a Deputada Irene Costa como Deputada autora do relatório.

- Petição n.º 225/XV/2.ª - «Novo Hospital Central do Algarve Já»

(9.552 assinaturas)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

Deputado Relator: GP IL;

A petição foi admitida, por unanimidade, registando-se a ausência do BE, do CH e da IL e, não estando o GP da IL presente, ficou de indicar posteriormente o Deputado Relator.

- Petição n.º 236/XV/2.ª- «Climatização da Unidade de Saúde Familiar Alvalade – Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte»
(32 assinaturas)

Deputado Relator: GP BE;

A petição foi admitida, por unanimidade, registando-se a ausência do BE, do CH e da IL, não estando o GP do BE presente, ficou de indicar posteriormente o Deputado Relator.

4. Distribuição de iniciativa para efeitos de elaboração de relatório:

- Projeto de Lei n.º 962/XV/2.ª (BE) - «Promove a erradicação da violência obstétrica»
Designação de Deputado autor do Parecer: GP PCP;

O GP do PCP indicou o Deputado João Dias como Deputado Relator.

- Projeto de Lei n.º 963/XV/2.ª (BE) - «Comissão nacional para os direitos na gravidez e no parto»

Designação de Deputado autor do Parecer: GP PS;

O GP do PS indicou a Deputada Patrícia Faro como Deputada Relatora.

5. Apresentação e votação do relatório da Petição n.º 174/XV/1.ª - «Fibromialgia: apoios e direitos para os portadores desta doença crónica e altamente incapacitante»

Deputado Relator: Pedro Melo Lopes (PSD);

O GP do PSD solicitou o adiamento deste ponto.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

6. Discussão e votação das alterações ao Regulamento da Comissão decorrentes da alteração do Regimento da Assembleia da República:

As alterações ao Regulamento da Comissão de Saúde foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE, do CH e da IL.

7. Discussão e votação, no âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n.º 878/XV/1.ª (L) - «Cria a linha nacional para a prevenção do suicídio e de comportamentos autolesivos», dos seguintes requerimentos:

- a) apresentado pelo BE, para audição da Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental;
- b) apresentado pelo L, para audição dos Primeiros subscritores da petição pública «Linha de apoio à Prevenção do Suicídio em Portugal. Suicide helpline in Portugal»; da Linha SNS 24; da Linha SOS Voz Amiga; da Ordem dos Psicólogos e da Dra. Ana Matos Pires, médica psiquiatra e diretora do Serviço de Psiquiatria da Unidade de Saúde do Baixo Alentejo e membro da Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental;
- c) apresentado pelo L, para solicitação de parecer escrito à Associação Sobre Viver Depois do Suicídio; ao Dr. Ricardo Gusmão, psiquiatra, Professor na Faculdade de Medicina e investigador no Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto e ao CVV – Centro de Valorização da Vida;
- d) apresentado pelo PS, para solicitação de parecer escrito à SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., nomeadamente para que se pronuncie sobre o funcionamento da Linha de aconselhamento psicológico;

O Presidente informou que o DURP L, Deputado Rui Tavares, solicitou que o seu requerimento fosse retirado, de forma a agilizar o processo de discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 878/XV/1.ª (L) - «Cria a linha nacional para a prevenção do suicídio e de comportamentos autolesivos» ainda antes da data prevista para a dissolução da Assembleia da República.

O GP do PS e o GP do BE manifestaram igualmente a intenção de retirarem os seus requerimentos com o mesmo intuito.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

Neste seguimento, o Presidente colocou à consideração dos Deputados a fixação do prazo para apresentação de propostas de alteração até dia 19 de dezembro, o que não mereceu qualquer oposição.

8. Discussão e votação do requerimento da IL, para audição urgente da Senhora ex-Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido; do ex-Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Sales; do Senhor ex-Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE, Dr. Daniel Ferro; e da atual Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE, Professora Doutora Ana Paula Martins;

O Deputado Rui Rocha informou que, na terça-feira anterior tinha sido submetida uma nova redação do Requerimento, na qual se incluía a audição do ex-Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, Dr. Francisco André, da ex-Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, Dra. Berta Nunes e do Ministro da Saúde, Dr. Manuel Pizarro. Não obstante o requerimento retificado ter dado entrada após a fixação da ordem do dia, referiu, era sobre este último que a IL pretendia discutir e votar naquele momento. Acrescentou que o RAR permite que se verifiquem alterações à Ordem do Dia com 24 horas de antecedência, e rogou aos Deputados que colocassem o interesse nacional acima de technicalidades jurídicas.

O Deputado Luís Soares referiu que não só não constava no Regulamento da Comissão a possibilidade que o Deputado Rui Rocha referiu, como era prática desta Comissão não aceitar alterações à Ordem do Dia fora do prazo indicado no referido Regulamento. Reforçou que o GP do PS não criaria qualquer obstáculo à realização da discussão deste requerimento.

O Deputado João Dias discordou que se tivesse verificado uma alteração à Ordem do Dia, mas sim um acréscimo de duas entidades ao Requerimento e que todos os Deputados tinham recebido o mesmo atempadamente, pelo que estavam preparados para esta discussão.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

O Deputado Rui Cristina concordou com o Deputado João Dias e defendeu que o requerimento deveria ser discutido.

Neste enquadramento, o Deputado Rui Rocha apresentou o [Requerimento](#).

O Deputado Luis Soares afirmou que deveria ser respeitado o princípio da legalidade e a sublinhou a importância da separação de poderes. Declarou que as regras são para ser cumpridas e que o RAR é claro no que se refere à fiscalização de órgãos da Administração indireta do Estado pela Assembleia da República: dirigentes de cargos que no tempo presente não estão a exercer funções no Governo, e nesse sentido não representam o Governo, não poderão ser ouvidos pela Comissão e, como tal, este requerimento não contará com o voto favorável do PS.

O Deputado Rui Cristina referiu que o PSD votaria favoravelmente, justificando que este assunto estava na ordem do dia mediática, e que era evidente que houvera intervenção do Governo neste processo. Referiu ainda que era importante para o apuramento dos factos que se ouvisse, não só os atuais dirigentes, como os dirigentes à altura dos factos.

O Presidente perguntou ao Deputado da IL se aceitava repartir o Requerimento para votar separadamente as entidades que são membros do Governo ou da Administração indireta do Estado neste momento das entidades que já não exercem essas funções atualmente.

O Deputado Rui Rocha frisou que não concordava com esta sugestão.

O Deputado Luís Soares acusou a IL de não pretender o apuramento da verdade, mas sim de atacar o PS. Requereu então oralmente a audição do Ministro da Saúde e da Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE, Professora Doutora Ana Paula Martins.

O Deputado Rui Rocha afirmou que o PS, pelos antecedentes recentes, não tinha moral para falar sobre o princípio da separação de poderes.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

O Deputado Rui Cristina referiu que, uma vez que fora solicitado um requerimento oral pelo PS, o PSD requeria então que fosse ouvido também o ex-Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE, Dr. Daniel Ferro, que ainda exercia funções num órgão da administração indireta do Estado.

O Deputado Luís Soares referiu que quem representava o Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, EPE era a Presidente do Conselho de Administração e, nesse sentido, se o que se pretendia era a audição deste Centro Hospitalar, então só deveria ser chamada a presidente atual e não o Dr. Daniel Ferro.

O Deputado Rui Cristina referiu que era necessário ouvir o Dr. Daniel Ferro, Presidente do Conselho de Administração à data dos factos para o apuramento da verdade sobre este caso.

No final, o Presidente colocou à votação o requerimento apresentado pela IL, o qual foi rejeitado com os votos contra do PS e a favor do PSD, IL, PCP e BE, registando-se a ausência do CH.

Submetido à votação o requerimento oral do PS, o mesmo foi aprovado com os votos a favor do PS, PSD, PCP e BE e abstenção da IL, registando-se a ausência do CH.

Submetido à votação o requerimento oral do PSD, o mesmo foi rejeitado com os votos contra do PS e os votos favoráveis do PSD, IL, PCP e BE, registando-se a ausência do CH.

O Deputado Rui Cristina acusou o PS de não querer que as entidades que conhecem o que aconteceu sejam ouvidas pela Assembleia da República e que não era desta forma que o povo esperava que os Deputados que elegeu o representassem.

O Deputado Luís Soares referiu que o que importava à Assembleia da República era fiscalizar quem exerce atualmente funções no Governo.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

9. Fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do RAR, do texto relativo ao Projeto de Lei n.º 620/XV/1.ª (L) - «Mantém o regime transitório para a emissão de atestado médico de incapacidade multiúso para doentes oncológicos e prorroga a validade dos atestados médicos de incapacidade multiúso das pessoas com deficiência até que se recuperem os atrasos na realização de juntas médicas»;

Não se registando qualquer oposição, a redação final foi fixada com as sugestões da DAPLEN.

10. Outros assuntos

No derradeiro ponto da Ordem do dia, o Presidente informou que baixou à Comissão de Saúde a Petição n.º 233/XV/2.ª - «Enfermeiros reclamam RELEVANTE (4 pontos) no biénio 2021/2022 e anulação das posições remuneratórias automaticamente criadas», que diz respeito a questões relacionadas com o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP). Referiu que, de acordo com a súmula n.º 6 da Conferência de Presidentes das Comissões Permanentes, de 23 de fevereiro de 2023, que serve de interpretação do documento das competências das comissões parlamentares permanentes: «são da competência exclusiva da 13.ª Comissão as matérias laborais assentes na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e legislação específica conexa, as quais são igualmente acompanhadas pela Ministra da Presidência (exemplos: SIADAP)». Acrescentou que a Petição n.º 13/XV/1.ª com os mesmos peticionários e com o mesmo objeto estava pendente na 13.ª Comissão, e, nesse sentido colocou à consideração dos Deputados a redistribuição desta petição à 13.ª Comissão, o que não mereceu oposição

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10:02 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a sua versão áudio ser consultada neste [link](#).



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

Palácio de São Bento, 11 dezembro 2023.

O PRESIDENTE

(ANTÓNIO MALÓ DE ABREU)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)
Eduardo Oliveira (PS)
Irene Costa (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Soares (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Sofia Andrade (PS)
Susana Correia (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
Fátima Ramos (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
Rui Cristina (PSD)
João Dias (PCP)
Isabel Pires (BE)
Fátima Correia Pinto (PS)
Jorge Botelho (PS)
Inês Barroso (PSD)
Rui Rocha (IL)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Isabel Santos (PS)
André Marques (PSD)
Miguel Santos (PSD)
Pedro Melo Lopes (PSD)
Pedro Dos Santos Frazão (CH)
Joana Cordeiro (IL)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joana Lima (PS)
António Monteiro (PS)